

FATOR-CHAVE: FINANCIAMENTO

TEMA PRIORITÁRIO: Financiamento Não Bancário.

OBJETIVO: Expandir o mercado de renda fixa corporativa.

INICIATIVAS:

- 1: Promoção da emissão de títulos corporativos e aumento da liquidez nos mercados secundários;
- 2: Elaboração de propostas para ampliar a participação dos bancos públicos e de desenvolvimento como alavancadores do crédito corporativo de longo prazo;
- 3: Promoção dos fundos de investimento com aplicação de longo prazo.

Foram realizadas 4 ações para alcançar esse objetivo:

- 2 ações de geração e conhecimento;
- 2 ações de defesa de interesses.

Ação 1: Geração de Conhecimento

Elaboração do documento "[Financiamento privado de longo prazo: agenda para fortalecer o mercado de debêntures](#)", no âmbito das Propostas da Indústria para as Eleições 2018, contendo recomendações para o desenvolvimento do mercado de títulos privados de longo prazo (debêntures) como instrumento de financiamento da expansão das empresas. O documento propõe que o BNDES se torne um agente ativo (*dealer* e *market-maker*) no mercado secundário de debênture, possibilitando o aumento da oferta e da demanda desses títulos, bem como o alargamento de seus prazos.

Ação 2: Defesa de interesses

Divulgação do documento "[Financiamento privado de longo prazo: agenda para fortalecer o mercado de debêntures](#)" e entrega aos candidatos à presidência da república na eleição de 2018.

Ação 3: Geração de Conhecimento

Elaboração e divulgação do documento "[BNDES – o papel do banco no novo governo](#)". O documento tem como objetivo apresentar temas que a CNI avalia como prioridades para o desenvolvimento do Brasil, e nos quais a participação dos financiamentos do BNDES é fundamental.

Ação 4: Defesa de Interesses

Por conta da crise econômica causada pela pandemia da covid-19, a CNI propôs a autorização para que o Banco Central possa operar com títulos privados e direitos creditórios, como forma de financiar diretamente empresas não financeiras. A proposta foi parcialmente atendida pela Emenda Constitucional 106, que passou a autorizar a atuação do Banco Central apenas no mercado secundário.